

**A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA CAMPINAS, 1822-1920.**

**PAULO EDUARDO TEIXEIRA  
UNESP, UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

**PALAVRAS-CHAVE: HOSPEDARIA DE IMIGRANTES DE CAMPINAS; BENEFICÊNCIA PORTUGUESA;  
SÉCULOS XIX E XX; MATRIMÔNIOS; DEMOGRAFIA HISTÓRICA.**

## **A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA CAMPINAS, 1822-1920.**

### **INTRODUÇÃO**

A imigração portuguesa para o Brasil tem sido alvo de pesquisas que focalizaram o processo emigratório português para o Brasil (KLEIN, 1989; LEITE, 2000; SCOTT, 2000; LOBO, 2001; COSME, 2007; SOUSA & MARTINS, 2007), assim como para a cidade de São Paulo (PASCAL, 2004; MATOS, 2007, 2008, 2013; SCOTT, 2017) e outras localidades (FRUTUOSO, 1989 – Santos; GOMES, 2000 – Rio de Janeiro; FONTES, 2002 - Pará; CANCELA, 2009, 2013 - Belém; GANDON, 2010 – Bahia). Durante pesquisa bibliográfica sobre questões imigratórias para Campinas foi constatado que praticamente inexistem trabalhos que trataram ou que estejam focalizando o caso de imigrantes lusitanos para Campinas. Na dissertação de mestrado de Baldini (2010), a autora tratou do Núcleo Colonial Campos Salles, enquanto outros dois estudos focalizaram na comunidade alemã em Campinas (KARASTOJANOV, 1999; SIMSON; MARCONDES & GONÇALVES, 2011), assim como outros estudos que discutiram aspectos diversos dos processos imigratórios para Campinas (BAENINGER, 1992; ROCHA & CORRÊA, 1993; FERNANDES, 2016).

Assim, para estudar a imigração portuguesa em Campinas, propomos o recorte do período em três momentos. A primeira etapa estudada, chamada de período pré- imigratório (1822-1841), foi caracterizada pela chegada dos primeiros portugueses e portuguesas em Campinas, enquanto a segunda fase (1842-1889) correspondeu à formação de uma comunidade lusitana capaz de fundar a Sociedade Portuguesa de Beneficência, em 1873, a fim de garantir o cuidado e a saúde desse grupo. A terceira etapa correspondeu ao estudo da fase áurea da grande imigração em massa (1890-1920) e que redundou na construção da Hospedaria de Campinas. E quando olhamos para uma análise mais abrangente como aquela que foi realizada por Maria Stella Levy (1974:68), que concluiu em seu estudo que no período de maior fluxo imigratório estrangeiro, isto é, entre os anos de 1890 e 1920, a contribuição da imigração estrangeira para o crescimento da população atingiu a marca de 11%, entendemos que nossa proposta de periodização se coaduna com outros estudos. Além disso, a autora também concluiu que em relação à saída de estrangeiros que aqui chegaram o período de 1890 a 1900 foi o que menos imigrantes deixaram o país. Finalmente, cabe aqui dizer que foi durante esse período que ocorreu a Primeira Guerra (1914-1918) e que favoreceu para que a saída de portugueses de sua terra natal viesse a decair.

Para a realização deste estudo nos servimos do quadro teórico dos estudos dos movimentos migratórios, assim como estudos de população e família, calcados no aporte metodológico da demografia histórica. Quanto às fontes podemos dizer que Campinas foi agraciada com a

preservação de inumeráveis tipos de materiais para a pesquisa histórica, além de que conta com dois centros de pesquisa na Unicamp. O primeiro deles é o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), onde encontramos uma série de microfilmes das Listas Nominativas de Habitantes, que foram utilizadas para elaboração dos estudos sobre as mulheres chefes de família durante a realização do mestrado. Essa documentação permitiu identificar os primeiros portugueses que chegaram a Campinas durante o período de povoamento (1774-1798) até os anos iniciais do Império (1822-1829).

Outra série de microfilmes relativa aos documentos produzidos pela Igreja, cujos originais se acham guardados na Cúria Metropolitana de Campinas, compuseram a principal documentação usada para o trabalho de reconstituição de famílias durante a pesquisa para o doutorado, abrangendo o período de 1774-1850. Essa documentação, baseada nos registros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, possibilitou a construção de um banco de dados com mais de 23.000 registros das pessoas, livres, escravos e libertos que viveram em algum momento de suas vidas em Campinas. A indexação dos registros de casamentos existentes após o ano de 1850 foi possível graças à nossa participação no Projeto Temático *Observatório das Migrações em São Paulo* (2010-2013), coordenado por Rosana Baeninger, assim foram compilados os dados dos registros de casamento em um banco de dados que se estendeu até o ano de 1888, quando findou o período escravista. Nesse mesmo projeto foram indexados os registros civis de matrimônios, que constituem outra fonte documental para estudar os imigrantes portugueses que se casaram em Campinas, a partir do momento que entrou em vigor o casamento civil, isto é, em 1874, até o ano de 1921.

O segundo Arquivo que existe na Unicamp e que guarda muito da história campineira é o Centro de Memória da Unicamp (CMU), local de pesquisa que abriga o acervo do Arquivo Judiciário da Comarca de Campinas, que foi estimado em cerca de 50.000 documentos, que incluem processos crimes, cíveis, inventários e testamentos, compreendendo o período de 1796 a 1940. Outro acervo importante para nós é o que se encontra no Arquivo e Biblioteca João Falchi Trinca, que constitui no maior e mais completo acervo particular reunido até hoje sobre Campinas. Nele encontramos, por exemplo, os almanaques da cidade, correspondentes aos anos de 1872, 1873, 1878, 1879, 1886, 1892, os jornais *Aurora Campineira* – fundado em 1858 – e *Gazeta de Campinas* – fundada em 1869 –, as *Posturas Municipais* de 1829, 1858 e 1863, além de vários tipos de processos existentes para o período envolvendo adultério, poligamia, autorização e anulação de casamento, divórcio, dentre outros. Essa documentação de caráter mais qualitativo deverá ser explorada em outro momento, portanto não será alvo das reflexões dessa comunicação.

Deve ser dito que a presença portuguesa em Campinas remonta ao limiar do século XIX, momento que encontramos dois portugueses que se casaram em Campinas no ano de 1798. Um deles, Bernardo dos Santos, era natural da freguesia de São Romão, do arcebispado de Lisboa, e uniu-se em matrimônio no dia 26 de setembro de 1798 com Maria Correa, natural de Nazaré,

localidade próxima a Atibaia, em São Paulo.<sup>1</sup> Segundo a Lista Nominativa de habitantes, em 1810 Bernardo contava 34 anos de idade, enquanto sua esposa 38 anos, e tinham quatro filhos, Maria de 10 anos, Antonio de 5 anos, Joaquina de 4 anos, e o caçula, José, de apenas 3 anos de idade.<sup>2</sup> Em 1814, Bernardo produzia em sua propriedade milho, feijão, arroz e açúcar, aplicando para isso o trabalho escravo de 40 pessoas.<sup>3</sup>

De 1801 até 1820, outros vinte e dois casamentos de portugueses foram realizados em Campinas, no entanto, pode-se notar a mobilidade desses sujeitos após o casamento, pois diferente de Bernardo dos Santos que fixou sua residência na vila, a maioria deles não foram localizados nos documentos de que dispomos, ou seja, as Listas nominativas de 1810, 1814 e 1818. Assim, o português, natural do Porto, Antonio José de Carvalho Guimaraens parece constituir uma das poucas exceções, pois se casou com Lucrecia Maria da Luz, filha de José Ribeiro de Siqueira<sup>4</sup>, que era natural de Itu, e sua mulher Maria Francisca Matos, no dia 03 de outubro de 1809, sendo padrinhos o Tenente Coronel Joaquim Aranha de Camargo e o Sargento Mor Floriano de Camargo Penteado.<sup>5</sup> No ano seguinte ao matrimônio o casal teve sua primeira filha, Maria, seguida por outros nove irmãos, os quais foram batizados por pessoas de distinta qualidade, criando um círculo de amizades e compadrios importante para a inserção dos mesmos na sociedade campineira, como atestam os registros de batismos.<sup>6</sup> Outra exceção parece ser a escolha de Joaquim Damião Pa(e)stana, pois casou-se com Ana Joaquina em 14 de fevereiro de 1820, e segundo o censo de 1829, o senhor Pastana tinha 33 anos de idade e vivia ao lado de sua mulher e um casal de filhos, e produziu 300 arrobas de açúcar com o trabalho de 19 escravos.<sup>7</sup> No ano de 1831, o casal batizou mais um filho, por nome Damião, sendo padrinhos Francisco Egidio de Souza Aranha e sua mulher dona Maria Luiza de Camargo Aranha, a futura Viscondessa de Campinas.

---

<sup>1</sup> Registro Paroquial de Casamento, Livro 1, fl. 93, 26/09/1798. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

<sup>2</sup> Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1810, 2ª Cia, fogo 40. (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

<sup>3</sup> Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1814, 2ª Cia, fogo 32. (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP). Passados apenas 4 anos após a Lista de 1810, a idade de Bernardo dos Santos foi de 40 anos, o que indica um dos problemas mais comuns aos que se deparam com esse tipo de documentação que é a da imprecisão, ou uma aproximação da idade declarada a cada ano do recenseamento, como já foi apontado em alguns estudos (Cf. Nozoe & Costa).

<sup>4</sup> Segundo a Lista nominativa de 1829, Siqueira era natural de Itu, contava com 60 anos de idade e era viúvo, vivendo apenas ao lado de oito escravos. Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1829, 1ª Cia, fogo 168. (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

<sup>5</sup> Registro Paroquial de Casamento, Livro 2, fl. 48v, 03/10/1809. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas); Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1818, 1ª Cia, fogo 125. (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

<sup>6</sup> Registros Paroquiais de Batismos 08/09/1810 (Maria), 28/11/1813 (Angélica), 31/08/1815 (José), 01/09/1818 (Antonio), 30/12/1820 (Joaquim), 10/07/1823 (Ana), 28/07/1825 (Vicente), 28/04/1831 (Francisca), 20/10/1833 (José), 31/01/1834 (José). (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas)

<sup>7</sup> Registro Paroquial de Casamento, Livro 3, fl. 23v, 14/02/1820. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas); Lista Nominativa de habitantes de Campinas, 1829, 6ª Cia, fogo 63. (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

Cabe finalmente uma nota quanto ao casamento de mulheres portuguesas, pois foram poucos os casos encontrados entre 1819 e 1860, apenas treze (13), o que indica que esse processo migratório foi eminentemente masculino, numa proporção aproximada de 8 homens para cada mulher. No estudo de Klein (1989) para um período posterior essa imigração também se pautou por ser um grupo com predomínio masculino, visto que a razão de sexo dos portugueses chegados em Santos (1908-1936) foi de 212.

## CAMPINAS E O PANORAMA IMIGRATÓRIO

A atual cidade de Campinas teve seu princípio a partir da formação de um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo a região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976, p. 83), se estendia “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiaí, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Casa Branca e Franca. De um pouso, a futura Campinas veio a se tornar o “Bayrro do Mato Groço Caminho de Minaz”, pertencente à vila de Jundiaí desde 1767, e que era composto por 53 domicílios, ou fogos.<sup>8</sup> Porém, a vida política de Campinas inicia uma mudança em 1774, quando a mesma atinge sua autonomia religiosa ao estabelecer a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas, e para, em 1797 ser estabelecida a vila de São Carlos, nome que se manteve até a constituição da cidade, em 1842, quando então voltou a se chamar Campinas. Assim, temos traçado os períodos que marcaram a constituição da cidade, de um bairro rural (1767-1797) passou para vila de São Carlos (1797-1842), e finalmente cidade, sendo que demarcamos a cidade imperial, caracterizada ainda pelas marcas de uma sociedade estamental em virtude da co-existência com o modo escravista de distinção social, e a cidade republicana, aquela que foi marcada pela existência de uma sociedade de classes, com o alargamento da presença industrial e dos operários, assim como a permanência das fazendas de café e dos colonos.

**TABELA 1: Nacionalidade dos noivos casados em Campinas, 1774-1921.**

LOCAL	PERÍODOS/CICLOS											
	VILA DE SÃO CARLOS – CICLO AÇÚCAR (1774-1841)				CIDADE IMPERIAL – CICLO DO CAFÉ (1842-1889)				CIDADE REPUBLICANA – CICLO DO CAFÉ E INDÚSTRIA (1890-1921)			
	HOMENS	%	MULHERES	%	HOMENS	%	MULHERES	%	HOMENS	%	MULHERES	%
BRASIL	2.633	66,7	2.709	75,7	130	20,3	114	33,8	5.500	53,6	6.748	65,3
ÁFRICA	1.236	31,3	860	24,1	446	69,5	190	56,4	-	-	-	-
ALEMANHA	1	0	-	-	34	5,3	16	4,7	128	1,3	96	0,9
ÁUSTRIA	-	-	-	-	3	0,5	1	0,3	123	1,2	109	1,1
ESPAÑA	1	0	-	-	2	0,3	1	0,3	421	4,1	377	3,6
ITÁLIA	1	0	-	-	10	1,5	12	3,5	2.893	28,2	2.386	23,1
PORTUGAL	74	1,8	6	0,2	16	2,5	3	0,9	1.185	11,5	621	6,1
TOTAL	3.946	100	3.575	100	641	100	337	100	10.250	100	10.337	100

FONTE: Registros Paroquiais de Casamentos, 1774-1888 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP); Registros Cíveis de Matrimônios de Campinas, 1874-1921 (Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

<sup>8</sup> Fogo é o termo encontrado nas Listas Nominativas de Habitantes e designa o domicílio.

De acordo com a Tabela 1, procuramos identificar os ciclos econômicos que prevaleceram durante a formação da cidade de Campinas, para entendermos a inserção dos imigrantes no contexto econômico pelo qual passou, assim fica nítida que a maior participação de estrangeiros durante o ciclo do açúcar recaiu sobre os africanos importados para o Brasil enquanto ainda vigorava o tráfico transatlântico. Podemos dizer que as características desse período se confundem entre a transição de uma vila colonial para uma cidade imperial.

Durante o primeiro ciclo do café, no qual ainda a cultura do açúcar dividia espaço com o café, notamos que a presença de africanos decaiu drasticamente, em virtude dos atos governamentais de 1850, com o fim do tráfico de cativos.<sup>9</sup> No entanto, o período ainda foi marcado por uma sociedade de fortes traços estamentais, e que de 1850 até 1889 se configurou por uma sociedade que procurou resolver a crise do escravismo paulista por meio da promoção da vinda de imigrantes europeus a partir de empreendimentos pessoais, como pelas experiências do Senador Vergueiro em sua fazenda de Ibicaba, conforme apontado por Stolcke & Hall (1983:83), ou como demonstrou Maria Alice Rosa Ribeiro (2014) em seu estudo sobre as iniciativas do visconde de Indaiatuba em trazer trabalhadores alemães nos anos de 1870.

Segundo Maria Silvia Bassanezi (1995:3), em meados do século XIX vieram para São Paulo, trabalhar na cafeicultura de algumas fazendas do Oeste Paulista, suíços-alemães, portugueses e outros, sob o regime de parceria, experiência que não resultou satisfatoriamente para os envolvidos, basta notar as descrições feitas por Davatz em suas *Memórias de um Colono no Brasil* (1980). Quanto aos portugueses, a autora comenta que “principalmente portugueses, foram canalizados para o trabalho em obras de infraestrutura urbana e na construção de caminhos e estradas necessários à expansão da cafeicultura.” Nota-se, portanto, certa especialização do trabalho desse grupo vinculado mais com o desenvolvimento das cidades e do processo de urbanização desencadeado a partir, sobretudo, de 1850. Em outras palavras, a mão de obra imigrante vinda de Portugal passou a ocupar principalmente postos de trabalho no setor terciário, uma vez que a mão de obra escrava veio a se reduzir com o fim do tráfico negreiro.

Tais reflexões se fazem sentir, sobretudo, em relação ao terceiro período indicado nesse estudo, ou seja, a partir do nascimento da cidade republicana, quando o processo da imigração em massa ocorreu durante o ciclo do café, já consolidado, e a expansão da indústria na cidade no alvorecer do período republicano. Para Campinas, segundo Rosana Baeninger (1992:31-32) foram destinados 10.631 imigrantes no período de 1882 a 1900, sendo italianos, portugueses, espanhóis e alemães os principais grupos anotados nos Livros de Registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo.

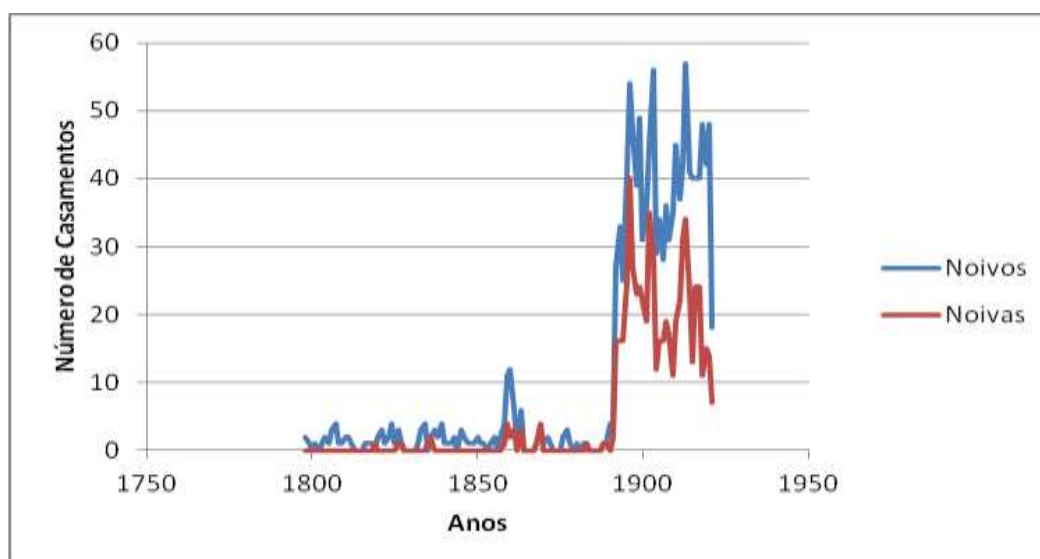
---

<sup>9</sup> Aqui é importante deixar a informação para o leitor de que os diminutos números de casamentos do período refletem as muitas lacunas da documentação, em muitos casos ilegível.

Dentre os europeus, os portugueses foram aqueles que se fizeram presentes em Campinas com certa representatividade desde o primeiro dos ciclos indicados na Tabela 1, com uma superioridade numérica dos homens em relação às mulheres que decaiu durante o período de 1890-1921. Esse momento histórico compreende boa parte da chamada República Velha, período que tivemos inclusive um presidente campineiro, Campos Salles, e que assim representou os interesses da oligarquia cafeeira do Partido Republicano Paulista até o ano que encerramos nossas análises, ou seja, 1921.

O Gráfico 1 apresenta a distribuição dos casamentos de portugueses ao longo do período estudado, e as informações quanto a naturalidade dos noivos indicou que durante o ciclo do açúcar, houve um predomínio de portugueses vindos de Lisboa (10 casos), Porto (11 casos) e Ilha da Madeira (11 casos). Essa identificação foi possível porque até 1850 a informação quanto a naturalidade dos noivos é indicada nos Registros Paroquiais, no entanto, entre essa data e 1888 a indicação do lugar de origem dos noivos não é frequentemente informada. Para o período posterior a 1888, os registros civis indicam a origem dos noivos, e o período remete para a existência de uma gama enorme de lugares, vilas e cidades portuguesas que serão palco de análise posterior. Do ponto de vista dos fatores demográficos, sobretudo dos processos migratórios ou deslocamentos, pensar na formação dos laços de família entre os portugueses em Campinas parece ser o maior desafio deste estudo, que não se dará nesse momento, uma vez que demandará análises pormenorizadas das características do casamento entre os imigrantes de um dado período, promovendo assim condições de melhor identificar a formação social paulista.

**GRÁFICO 1: Casamentos de Portugueses em Campinas, 1798-1921**



FONTE: Registros Paroquiais de Casamentos, 1774-1888 (Fundo Peter Eisenberg – Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP); Registros Cíveis de Matrimônios de Campinas, 1874-1921 (Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP).

Embora o Gráfico 1 indique uma lacuna entre os anos de 1860 e 1888 provocado pela ilegibilidade dos registros de casamento, parece-nos que estava se desenhando uma tendência de elevação do número de casamentos decorrentes de maior intensificação do processo imigratório de portugueses para Campinas, que remete à criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência em 1873, cujo objetivo foi de instalar um hospital para atender os portugueses que residiam em Campinas, e que entrou em funcionamento por volta de 1878, cujo edifício na época tinha uma farmácia, uma capela, salas e quartos para abrigar de 25 a 30 doentes, um amplo refeitório e cozinha, além do necrotério.

O período de 1890 até 1921 pode ser considerado o de maior participação de portugueses, embora haja uma tendência de queda após os anos de 1910, sobretudo entre as mulheres. Como esse período os dados compilados foram a partir dos Registros Civis de Matrimônio e estes informam a idade dos nubentes, foi possível traçar a idade média dos mesmos. Assim, a média de idade dos noivos portugueses foi de 27,8 anos, enquanto média das noivas desses homens foi de 21,8 anos. Em comparação com as noivas portuguesas, a média de idade ao casar foi de 22,2 anos, ao passo que os noivos tinham 27,3 anos de idade. Portanto, não houve uma discrepância que poderia sugerir práticas matrimoniais distintas entre portugueses e nacionais.

Quando avaliamos a Moda da idade dos noivos, notamos que entre os homens portugueses, a moda foi 22 anos, enquanto suas noivas a moda foi 18 anos. Por sua vez, quando as noivas eram portuguesas, a moda foi de 16 anos, e a de seus noivos foi de 24. Isso sugere que o casamento precoce entre as mulheres era uma prática recorrente, tanto entre as portuguesas quanto as nacionais, e que o casar cedo proporcionava uma prole numerosa. Isso indica que o percentual de viúvos era baixo, tanto para homens quanto mulheres, em torno de 10% do total de matrimônios, ou seja, 129 viúvos e 126 viúvas retornaram ao mercado matrimonial.

Tais informações corroboram com achados por outros estudos. Embora o foco do trabalho de Klein (1989) tenha sido de estudar a imigração portuguesa para o Brasil a partir de 1880, avançando até os anos de 1970, algumas informações obtidas para o período de 1908-1936 permitem afirmar que do ponto de vista das características gerais, pouco mais da metade dos portugueses aportados em Santos (53% de 275.257 pessoas) vieram sozinhos, enquanto o restante chegou em grupos familiares que tinham em média 3 a 4 pessoas. Esses números revelam, segundo Bassanezi (1995:19) que “paralelamente à imigração familiar, acontecia a emigração de homens casados sós, sem esposas e/ou filhos, fenômeno este característico da ‘nova emigração’.” Quadro semelhante apontado pela pesquisa que estudou os portugueses que emigraram do concelho de Fafe durante o período de 1834 a 1926, em que houve mais de 12.000 pedidos para saírem da região (Cf. MONTEIRO, 2018).



Quando avaliamos o horário do casamento, notamos que houve uma preferência para os horários da tarde, ou seja, até às 12 horas apenas 20,3% dos casamentos foram feitos pela manhã, enquanto que das 13hs até às 18hs foram 95,6% dos matrimônios. A prática de casamentos noturnos também foi observada entre os portugueses, resta avaliar melhor quem eram esses sujeitos.

Quanto à legitimidade dos noivos, 91% de casos em que ambos eram legítimos, ao passo que 2% de casos em que apenas o noivo era legítimo, 1,6% em que a noiva era legítima, 2,1% em que o noivo era legítimo e a noiva era natural, e finalmente, 2,3% em que o noivo era natural e a noiva legítima.

A assinatura no registro de casamento nos serviu como indicador de alfabetização, assim com base nessa informação a maior parte dos noivos eram alfabetizados (48,9%), enquanto 16,2% representa que ambos eram analfabetos. Somente 6,3% de casos em que a noiva era alfabetizada, contra 28,6% em que apenas o noivo o era, embora para Klein (1989) entre os portugueses desembarcados em Santos havia um elevado número de analfabetos (52% dentre aqueles com mais de sete anos de idade).

Quanto à ocupação dos noivos portugueses, apenas 3 se declararam agricultores e 71 lavradores, o que representa apenas 6% dos homens. Apenas 7 foram identificados como colonos, ao passo que 57 eram empregados no comércio, e 134 eram negociantes (11,2%). A esse respeito um estudo de caso que analisou documentação referente aos pedidos de passaportes para emigrarem de Portugal revelou que no período de 1886-1891 os interessados eram pessoas que tinham um *know how* nas atividades comerciais (negociante, comerciante, caixeiro) e que as queriam desempenhar fora de Portugal (COSME, 2018).

Na área de construção apareceram 24 pedreiros, e como padeiros 11 homens. Empregados na Estrada de Ferro foram identificados 33 pessoas, mas também havia 30 foguistas, 31 maquinistas, e 17 que trabalhavam na Cia Paulista, ao passo que operários eram 62, e a designação de “trabalhador” era 257 homens (21,4%). Quanto a esse tipo de trabalhador mais especializado para trabalhar nas companhias ferroviárias, nos bondes e outras empresas, note o que Maria Izilda dos Santos Matos nos diz sobre a capital de São Paulo:

*Os serviços públicos também demandavam muita mão-de-obra: dentre os trabalhadores braçais desse sector em 1912 na capital havia 871 nacionais e 1408 estrangeiros, dos quais 865 eram portugueses. Muitos lusitanos se engajaram no setor de transportes na Companhia Light and Power, empresa encarregada do fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo e que também monopolizava o serviço de bondes nos quais os portugueses eram a maioria dos cobradores e condutores. (MATOS, 2004: 221)*

A ocupação das mulheres portuguesas se limitava principalmente ao trabalho como “doméstica” (120 casos, 10%) ou “serviços domésticos” (50 casos, 4,2%), uma vez que a maioria delas não declarou ocupação alguma (71,7%). A esse respeito, Pascal (2007:9) afirmou que “As

portuguesas eram as preferidas para a ocupação de cargos de empregadas domésticas, pois eram consideradas trabalhadeiras e honestas.”

Finalmente, outra característica marcante entre os portugueses imigrados para o Brasil diz respeito ao comportamento endogâmico de casamento, uma vez que casavam menos com brasileiros dentre os demais grupos de imigrantes. Herbert Klein (1989: 27) sugeriu que o constante fluxo migratório possa ser uma das respostas para isso, ou ainda, por problemas de integração social com os brasileiros pela condição de pobreza que muitos apresentavam. O fato é que a escolha de um cônjuge entre os portugueses privilegiou alguém de sua própria terra natal, seja homem ou mulher a contrair as núpcias, a menos que uma razão de sexo muito elevada no interior da comunidade pudesse interferir na composição do rol de pretendentes. Porém, ao estudar o comportamento nupcial da população residente em São Carlos, interior paulista, Oswaldo Truzzi (2012) anotou que entre os portugueses as taxas de endogamia foram mais baixas que a de outros grupos, como por exemplo, os italianos, e que fatores como a “urbanização precoce” do grupo pode ter influenciado a adotarem práticas exogâmicas. Em Campinas, os dados colhidos de nossas análises dos registros civis de casamentos indicaram que durante o período de 1875-1921 houve 1.198 matrimônios que envolveram noivos portugueses, e 624 matrimônios que as noivas eram lusitanas. Desse quadro, 465 casos envolviam ambos os noivos de Portugal, enquanto que 610 casos as noivas eram brasileiras se casando com portugueses, ao passo que quando as noivas eram de Portugal apenas 110 noivos foram brasileiros. Portanto, nos parece que a tendência endogâmica se mostrou bem fortalecida em Campinas.

Essa proposta de um estudo centrado apenas em um grupo de imigrantes, no caso específico os portugueses, permitirá um olhar mais atento e focado no grupo, quando poderemos avaliar como a presença, ou não, institucional, política e social do Estado Lusitano influenciou no estabelecimento dos padrões de comportamento da população instalada no território brasileiro. E mais, permitirá avaliar até que ponto os agenciamentos das redes de apoio, sobretudo familiares, foram importantes no processo de fixação de uma colônia lusitana em Campinas. Este objetivo justifica-se pela contribuição fundamental que pode oferecer para a compreensão e entendimento de uma sociedade tão complexa, uma vez que estaremos atentos às influências do espaço europeu sobre a realidade do território brasileiro, além de procurar na especificidade do caso brasileiro, que manteve durante todo o Império a exploração do trabalhador escravizado ao lado do trabalhador imigrante e livre. Assim, as problemáticas que se originaram neste continente como consequência dos diferentes processos de mestiçagem, proporcionarão condições para conhecermos como os imigrantes portugueses se inseriram na sociedade campineira, sobretudo em relação à constituição dos laços familiares por meio do casamento.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados do estudo apontam para a presença de portugueses em Campinas desde o primeiro período estudado e que no último quartel do século XIX cresceu de modo a se constituir em um grupo que deixou importante legado para a comunidade local, pois em 1873 foi criada a Sociedade Portuguesa de Beneficência. Nesse primeiro período, somente a comunidade alemã instalada em Campinas pode ser comparada à portuguesa, haja vista um colégio alemão que funcionava desde 1865, que entre meninos e meninas tinha 100 alunos, e a Sociedade Alemã Concórdia, fundada em 1870, com apoio da colônia alemã.

Durante o período de maior entrada de imigrantes em Campinas, houve a construção da Hospedaria de Campinas, iniciada em 1887, mas que dada as interrupções na obra, foi retomada somente em 1892 e finalizadas em 1904. A ação do governo local na instalação de um dispositivo de apoio ao imigrante esteve diretamente vinculada ao grande volume de pessoas que desembarcaram em Campinas nesse período, sobretudo, italianos e portugueses.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e expansão do pólo industrial paulista*. Dissertação (mestrado), IFCH, Unicamp, 1992.

BALDINI, Kelly. *Núcleo Colonial Campos Salles/Campinas: um estudo de caso sobre a dinâmica das relações bairro rural-cidades*. Dissertação (mestrado), IFCH, Unicamp, 2010.

BASSANEZI, Maria S. C. B. Imigrações internacionais no Brasil: um panorama histórico. In: PATARRA, N. L. (coord.). *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 1-38.

CANCELA, Cristina Donza. Imigração portuguesa, casamento e riqueza em Belém (1870-1920). In: Fernando de Sousa, Ismênia Martins & Maria Izilda Matos (Org.s). *Nas duas margens: Os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal: Afrontamento, 2009, p. 149-162.

\_\_\_\_\_. Os portugueses em Belém: patrimônio, origem e trajetória. In: *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. 1º ed. São Paulo : Alameda, 2013, v.1, p. 485-500.

COSME, João dos Santos Ramalho. *A emigração portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XVIII*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2007.

\_\_\_\_\_. Subsídios para a história da emigração para os concelhos a norte do rio Douro para o Brasil (1886-1891). In: <http://www.remessas.cepese.pt/remessas/mod/itsglossary/view.php?id=8&gid=24>, acessado em 08/03/2018, às 17h53.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: São Paulo; Itatiaia: Edusp, 1980.

- FERNANDES, Mayara de C. *Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX*. Dissertação (mestrado). IFCH. Campinas, Unicamp, 2016.
- FONTES, Edilza. *Preferem-se portugueses(as): Trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. Tese (doutorado em História). Campinas, Unicamp, 2002.
- FRUTUOSO, Maria Suzel. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*. Dissertação (mestrado em História). São Paulo, FFLCH-USP, 1989.
- GANDON, Tania Riserio. *Portugueses na Bahia na segunda metade do século XIX*. Salvador: editora EDUNB, 2010.
- GOMES, Ângela de Castro (org.) *Histórias de imigrantes e imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2000.
- KARASTOJANOV, Andrea M. S. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas*. Um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o segundo império. Campinas, S.P.; CMU, Unicamp, 1999.
- KLEIN, H. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no século XX. *Revista Brasileira de Estudos Populaçãõ*. v.6, n.2, jul./dez., 1989, pp.17-37.
- LEITE, Joaquim Costa. O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris(org) *Fazer a América*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.p.177-200.
- LEVY, Maria S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 8 (supl.), p. 49-90, 1974.
- LOBO, Eulália Maria. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001.
- MATOS, Maria I. S. de. Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação. *Revista População e Sociedade*, n. 14/15 – Parte II, 2007, pp. 5-18.
- \_\_\_\_\_. *História e deslocamentos: os portugueses*. Bauru/Porto, EDUSC/CEPESE, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Portugueses: deslocamentos, experiências e cotidiano*. São Paulo séculos XIX e XX. Bauru, EDUSC, 2013.
- PASCAL, Maria A. M. *Trajetórias e memórias de portugueses: gênero, trabalho e cotidiano; São Paulo 1890-1930*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, 2004.
- \_\_\_\_\_. A imigração portuguesa em São Paulo: Trabalho, Identidade, Tensões e Gênero. In: *ANAIS XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007.
- RIBEIRO, M. A. R. O visconde imigrantista e a sua escravaria, Campinas, 1887. *História e Economia*, v. 12, p. 105-126, 2014.
- ROCHA, Heloisa H. P. & CORRÊA, Rosa L. T. *Imigração italiana e educação na região de Campinas: iniciativas, representações, significados e valores*. CMU, Unicamp, 1993. (Projeto de Pesquisa)

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1976.

SCOTT, Ana S. V. Migração portuguesa para São Paulo na segunda metade do século XIX: um estudo de caso. *Almanack Guarulhos*, n. 17, p. 86-136, dez. 2017.

SCOTT, Ana S. V. Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822-1914). *Revista de Ciências Humanas*, n.27, abr. 2000, pp. 29-56.

SIMSON, Olga R. de M. von; MARCONDES, Marli; GONÇALVES, Cássia D. (Org.s). *A imigração alemã em terras paulistas*. Campinas, S.P.; Centro de Memória - Unicamp, 2011.

SOUSA, Fernando de & MARTINS, Ismênia. *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto/CEPESE & Rio de Janeiro/ FAPERJ, 2007.

STOLCKE, V. & HALL, M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. *Revista Brasileira de História*, n.6, set.1983, pp. 80-120.

TRUZZI, Oswaldo M. S. Padrões de nupcialidade na economia cafeeira de São Paulo (1860-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.29, n.1, jan./jun. 2012, pp. 169-189.